

CONSEQUÊNCIAS DE UMA EXPANSÃO PERIFÉRICA E SEUS IMPACTOS SOBRE A POPULAÇÃO JUVENIL

Consequences regarding to a peripheral expansion and its impacts on the juvenile population

Resumo

O objetivo do presente Trabalho é demonstrar o interesse e atualidade de uma discussão sobre os critérios que envolvem a definição da periferia como local de residência da população pobre e, em seguida, introduzir alguns elementos contextuais sobre a residência em bairros populares, também, denominados, genericamente, de periferia, para refletir sobre suas consequências sobre grupos sociais, especialmente os jovens. Para tanto, abordam-se as classificações de bairros, segundo os critérios disponíveis e, em um segundo momento, tomam-se os critérios teóricos e sociais, orientados por um paradigma da sociologia urbana que supõe uma tendência a certo desaparecimento da sociabilidade primária e sua gradativa substituição pela sociabilidade considerada secundária, para refletir sobre a importância deste fator, para o entendimento da situação dos jovens, nos chamados bairros periféricos.

Palavras-chave: Cidades. Periferia. Jovens.

Iracema Brandão Guimarães

Professora do Departamento de
Sociologia e Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
UFBA e Pesquisadora do CNPQ,
2015.

INTRODUÇÃO

Um ponto de partida quase obrigatório, para se falar na Periferia é o fato de tratar-se de uma definição relacional que se contrapõe a um Centro – referindo-se ao que está à margem e correspondendo, geralmente, ao Subúrbio. Em um trabalho

Considerado pioneiro sobre o tema, Durham (1986, p. 96) associava esta localização distante à concentração residencial da população pobre, no caso de São Paulo: “trata-se de um espaço que lhe é próprio, onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida, formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transportes serviços públicos”. Um mesmo tipo de população – homogênea – encontrava-se, porém, dispersa em outros pontos da cidade, admitindo-se que poderia estar habitando tanto em cortiços, como em casas de cômodos e outros padrões, geralmente encontrados em zonas consideradas deterioradas, podendo mesmo subsistir como “enclaves” nos intervalos espaciais localizados entre os bairros de classe média.

Este exemplo remete aos obstáculos para uma classificação dos bairros populares e áreas residenciais da população pobre com base na relação Centro-Periferia, o que obriga, de

certo modo, a recorrer-se ao outro termo, também utilizado para se referir às áreas residenciais desta população, a favela, que é associada à forma como se deu a divisão do espaço na cidade do Rio de Janeiro. A referência não é espacial, como a distância, mas as diversas modalidades de ocupações inicialmente localizadas nos morros e geralmente caracterizadas como ocupação desordenada, marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e recursos do que pela sua localização geográfica, o que sugere um tratamento igual e homogêneo. Entretanto, quando se considera o processo de ocupação, entende-se que ele carece de homogeneidade: “a diversidade das favelas e da população favelada permite colocar em cheque uma noção homogeneizadora destes espaços, o que reforça a necessidade de se dar continuidade ao seu estudo como locais privilegiados, não só de habitação popular - mas da pobreza urbana e de suas várias dimensões (VALLADARES; MEDEIROS, 2003, p. 11).

A localização espacial, a heterogeneidade e as condições sociais da população ocupante constituem importantes critérios para se refletir sobre um modo de adequação do conceito de periferia - no sentido acima referido - para as áreas da moradia popular em Salvador, sugerindo o interesse de se retomar uma visão da totalidade e seus critérios de classificação. Isso permite considerar se as definições citadas inicialmente são aplicáveis indiscriminadamente às áreas residenciais da população pobre em cidades brasileiras, muitas vezes sem atentar para o aspecto de que se trata de áreas residenciais, que são histórica e socialmente “produzidas”, no sentido de que “o espaço social é entendido como fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas, por meio das quais o Estado ordena e controla a população” (LEFEBVRE, 1991).

OS OBSTÁCULOS À CLASSIFICAÇÃO

Na busca de uma classificação das áreas e bairros aqui focalizados, os obstáculos encontrados decorrem da própria história da urbanização desta cidade, muito anterior ao período da sua intensificação entre os anos 40-50 quando ocorreu uma descentralização pouco planejada – expansão periférica – que gerou quatro tipos gerais de ocupações, segundo Brandão (1978, p. 160), a) os trechos degradados das zonas norte e sul de transição do centro da cidade; b) as séries de habitações conhecidas por 'avenidas'; c) os bairros pobres surgidos ou incrementados na primeira metade do século XX; d) as invasões, ou bairros de crescimento rápido que se intensificaram entre os anos 1950-70.

Essa proposta de tipologia é comparável à seguinte classificação (SOUZA, 2002, p. 78), que busca separar: loteamentos privados e ocupações coletivas por invasão; seguindo-se as vilas habitacionais; os conjuntos habitacionais; os loteamentos públicos; e outros tipos de parcelamentos informais. Neste caso, o critério analítico da estrutura fundiária da cidade remete ao baixo poder aquisitivo da população e a suas dificuldades de acesso à moradia, gerando um problema habitacional que exigia dos poderes públicos constantes esforços em busca de soluções. Até o período citado, houve “o desbloqueio fundiário das áreas periféricas de arrendamento, através das ocupações coletivas por “invasão”, que foram marcadas por uma gradativa substituição do sistema de arrendamento pelo chamado capital imobiliário moderno” (SOUZA, 2002, p. 67).

Um mercado de terras e habitação formal coexistia com pequenos proprietários de terrenos, de casas e outros agentes que atuavam e atuam de maneira considerada informal. Segundo Brito (2005, p. 53), isto “torna real a oferta de terrenos e habitações, em condições quase sempre precárias, para a ampla camada social de famílias de menor renda”. Portanto, a coexistência entre dois mercados de terra urbana e de habitação — um formal e outro informal — tem sido crescente, resultando na consolidação de uma estrutura urbana fragmentada e complexa que se apresenta através das diferentes formas de moradia localizadas entre os quatro principais vetores de crescimento e setores residenciais urbanos: a Área Central histórica e seu entorno de ocupação antiga; a Orla Oceânica; o Subúrbio Ferroviário; e o Miolo Geográfico, concentrando-se, nas duas últimas áreas, a maior parte das ocupações chamadas informais (por invasão).

A definição da periferia dependerá, portanto, de uma breve visão desta totalidade o que, certamente, adiciona complexidade a um esforço teórico de buscar adequação ao uso do termo citado. Isto se torna mais claro quando recorremos a outras classificações que independem da proximidade ou distância, mas se baseiam em informações territoriais (INSTITUTO..., 2010) para definir os Aglomerados Subnormais “de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros” (INSTITUTO..., 2010, p. 1). Neste caso, toma-se como critério a habitação, definindo “áreas constituídas por um conjunto de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas precárias), em sua maioria destituídas de serviços públicos essenciais,

ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”.

Como, atualmente, mais de 80% da população total do país reside em áreas consideradas urbanas, quase dois quintos encontram-se concentradas em cidades com mais de um milhão de habitantes. A dimensão desta população e do número de áreas (grupos de setores censitários) identificadas segundo o critério acima - favelas, invasões, ou aglomerados subnormais - independente de mudanças metodológicas no processo da pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), e do crescimento populacional esperado, permite estimar-se esta população nos anos censitários como segue: **4,4 milhões (1991), 6,5 milhões (2000) e 11.425.644 pessoas (2010).**

Esse grande segmento populacional reside em um total de 6.329 aglomerados/ favelas localizadas em todo o País, o que representava 6% da população brasileira em 2010 (INSTITUTO..., 2010). Houve uma expansão dessa forma de moradia, apesar de a população total do país apresentar uma tendência à desaceleração das suas taxas de crescimento e redução das migrações rural-urbana, já que se observa, desde a década de 60, uma queda na velocidade do crescimento populacional e também da concentração urbana que persistiu durante a década de 90 e nas seguintes. Os seus fatores preponderantes foram: a culminação de um processo de desconcentração da atividade produtiva; a crise econômica que assolou o parque produtivo na década de 80 e, em parte da década de 90; e a queda acelerada da fecundidade feminina (MARTINE, 2010).

O intenso crescimento urbano das décadas anteriores não foi acompanhado de um ritmo de melhorias capaz de dar conta da desigualdade das condições de vida nesses assentamentos, em comparação com as outras áreas das cidades, compondo um quadro no qual a Bahia ocupa o terceiro lugar entre os estados brasileiros, com 970.940 pessoas residentes em 280 complexos, localizados em apenas 10 cidades. Nesse conjunto, a Região Metropolitana de Salvador, que se compõe de oito municípios, apresenta um total de 290.488 domicílios em “aglomerados subnormais” - dos quais 94,9 % estavam na cidade de Salvador (INSTITUTO..., 2010). A principal explicação para a concentração dessas áreas residenciais nas maiores cidades deve-se, como se sabe, aos fluxos migratórios rurais, mas a sua redução na última década deu lugar aos fluxos intrametropolitanos, implicando um declínio do ritmo de crescimento de Salvador como município núcleo e de aumento na sua periferia, que passou a crescer mais. Esta mudança acompanhou uma tendência que já se apresentava nas principais

RM do país (BRITO, 2005), refletindo tanto uma estagnação do crescimento populacional no caso de Salvador, como um aumento nos seus custos de moradia. O Quadro 1 mostra a classificação das metrópoles brasileiras segundo a população residente em “aglomerados”, no qual a RM de Salvador ocupa o 4º. Lugar.

Quadro 1: Brasil - Regiões Metropolitanas

Regiões Metropolitanas	Total da população residente	População residente em Aglomerados Subnormais (No. Absolutos)
RM São Paulo	19 611 862	2 162 368
Rio de Janeiro	11 793 174	1 702 073
Belém	2 097 287	1 131 268
Salvador	3 564 343	931 662
Recife	3 676 067	852 700

Fonte: IBGE, Censo 2010: Aglomerados Subnormais.

A partir desse dado, sabe-se que mais de 85% dos domicílios existentes nos “aglomerados” situavam-se em áreas com forte densidade, nas quais predominam: aclives/declives acentuados (47,3%); verticalização de dois ou mais pavimentos (71,4%); e quase nenhum espaçamento entre domicílios (92,3%) (INSTITUTO..., 2010). Esses domicílios, que perfazem um total de 242 áreas residenciais, concentram-se na primeira situação - áreas de aclive/declive acentuado – correspondendo às vertentes e fundos dos vales (as Baixas) situadas ao longo da Baía de Todos os Santos, entre as regiões de Itapagipe e dos Subúrbios Ferroviários, incluindo aí as antigas áreas alagadas. Subsistem, ainda, grandes concentrações de aglomerados subnormais, contínuos, próximos à tradicional área central de Salvador, e ainda entre os Subdistritos da Vitória (Rio Vermelho e Barra) e Brotas, que correspondem às áreas de ocupações mais antigas.

A irregularidade da situação fundiária que predomina em quase todos os casos acima citados levou boa parte dos seus moradores a sucessivas mobilizações para assegurar a sua permanência e ganhar o reconhecimento do poder público pela não remoção, uma reivindicação que foi reforçada com a criação do instrumento urbanístico “habitação de interesse social”, implantado através das Prefeituras a partir dos anos 80 como parte da lei de zoneamento. Com a denominação de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), ou Áreas de Especial Interesse Social (Aeis), mantinha-se o objetivo de definir parâmetros legais para as

ocupações e visava-se à possibilidade de estabelecer planos de bairros e adequação às especificidades locais, a exemplo do grande número de ocupações concentradas em aclives/declives, reforçando a ideia de que “as ZEIS compõem um universo diversificado de assentamentos urbanos, passíveis de tratamentos diferenciados, implicando uma mudança de interpretação em relação à qualidade ambiental das áreas ocupadas para a requalificação do espaço habitado das ocupações / favelas” (UZZO, 2012). Esse argumento procurava, portanto, distinguir-se da antiga postura de homogeneização, baseada rigidamente em índices reguladores.

Implantada inicialmente no Recife, o processo da PreZeis se deu através da lei nº. 16.113/95, que reconhecia 27 áreas – dentro de um universo estimado de 200 favelas, o que implicou, segundo Rolnik (2006), deixar um grande número de assentamentos de origem espontânea sem instrumentos legais de regularização, ainda que, segundo dados disponíveis, esse número tenha evoluído para sessenta assentamentos (Recife, Zeis anexo, 2004). No caso de Salvador, em um universo estimado de 242 aglomerados ou favelas, conforme citado, avançou-se para o reconhecimento de 116 assentamentos ou ocupações como Zeis, como consta no seu PDDU, desde 2004. Representando uma passagem da condição de provisório a permanente, a criação desse instrumento urbanístico despertou expectativas, embora com poucos avanços posteriores, uma vez que as informações disponíveis dão conta da consolidação da primeira Zeis nessa cidade, na antiga favela da Rocinha/Pelourinho, que passou a denominar-se de Nova Esperança.

Quadro 2: Bairros categorizados como zeis contendo aglomerados subnormais

Alto da Boa Esperança	Candeal Pequeno	Lobato
Alto das Pombas	Binóculo	Ilha Amarela
Calabar	Bate Coração	São Tomé de Paripe
Alto do Sobradinho	Pernambués	Nova Constituinte
Campinas de Brotas	Paraíso Azul	Paraguari
Gantois	Recanto Feliz	Fazenda Grande do Retiro
Engenho Velho da Federação	Cabula	Caxundé
Calabetão	Nordeste de Amaralina	
Baixa do Camurujipe	Vale da Muriçoca	
Baixa do Tubo	Saramandaia	
Baixa do Santo Antônio		
Bate Folha		

Fonte: IBGE (2010): Aglomerados Subnormais; Plano Diretor, Salvador¹.

¹ Os dados apresentados neste trabalho, inclusive, qualitativos, foram elaborados sob nossa orientação por estudantes de Ciências Sociais bolsistas de Iniciação Científica da UFBA: Poliana Jesus de Souza, Jéssica Cristine da Silva Costa e Simone Silva Nascimento.

O Quadro 2 apresenta uma seleção dos bairros que estão categorizados como Zonas Especiais de Interesse Social, mas contêm áreas bastante precárias de acordo com a conceituação de Aglomerados Subnormais. Isso indica que a passagem da condição de provisório a permanente tem inúmeras implicações, mas representa também um passo na consolidação social e urbanística de um bairro¹, se considerarmos que este não se limita às habitações, mas à população, sua qualidade de vida e sua sociabilidade, o que nos obriga a sair de uma visão espacial das ocupações para admitirmos que a questão da moradia implica todo um conjunto de variáveis sociais.

Isto inclui o fato das ocupações históricas que originaram bairros pobres, hoje conhecidos como “enclaves”, terem permanecido nas áreas centrais da cidade ou contíguas a outros bairros, coexistindo com o deslocamento gradativo das ocupações equivalentes às favelas e periferias, para áreas mais distantes desse Centro. Segundo informações correntes, eles tendem a manter a heterogeneidade social e menor integração social, comparando-se com os bairros pobres 'tradicionais', considerados mais homogêneos, sugerindo que os primeiros estariam em constante transformação através das renovações das estruturas das residências e da mobilidade espacial dos ocupantes, diferente do segundo caso, mais estáveis e consolidados. Assim, as áreas de ocupação que foram definidas como “invasões” podem ser analisadas sociologicamente por motivos como “... o tempo de sua formação, a dinâmica do seu crescimento e a natureza dos grupos que as promovem” (BRANDÃO, 1978, p. 163), mostrando uma correlação que oferece uma primeira possibilidade de refletir-se sobre o que define essa homogeneidade: o tempo da formação? As redes de vizinhança? Ou, a uniformidade da pobreza?

CONCEITOS DE BAIRRO E SEUS CRITÉRIOS

Reforçando esse último critério, segundo o IBGE (INSTITUTO..., 2010), predomina um rendimento domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (31,6%) entre os moradores dos aglomerados, o que corresponde a uma faixa acima da linha de extrema pobreza - conforme os parâmetros do Programa Brasil Sem Miséria, que estabelece em R\$ 77 *per capita* por mês a linha de extrema pobreza (IPEA, 2014). Na mesma faixa acima citada, a

¹ Segundo informação local do IBGE, o município de Salvador é constituído oficialmente por um único distrito e por 22 subdistritos e não existe na legislação vigente, a delimitação dos "bairros". A lei que divide a área interna do município de Salvador (e que ainda estaria em vigor), é a Lei Municipal Nº 1038 de 15 de junho de 1960." (Ana Loureiro, 2012, Supervisão de Disseminação de Informações do IBGE na Bahia).

proporção de moradores das demais áreas da cidade era bem menor (13,8%), enquanto na comparação entre faixas de renda mais altas, correspondendo ao rendimento domiciliar *per capita* de mais de cinco salários mínimos, encontravam-se apenas 0,9 % dos moradores em aglomerados e cerca de 11,2 % dos moradores nas demais áreas das cidades brasileiras.

A complexa discussão sobre a homogeneidade dependerá, portanto, de uma localização de grupos assemelhados pela relação de trabalho e níveis de renda, que vivem em más condições e moram em espaços-lugares separados, isolados do restante da cidade, como uma resultante do próprio processo de formação de classes. Para os padrões considerados aceitáveis de reprodução da força de trabalho - qualidade de vida – o acesso à moradia e aos bens de consumo constitui um benefício que faz parte do direito à cidade, o que torna possível entender a reflexão sobre o lugar do bairro na cidade, quando introduz uma discussão sobre uma ideologia integradora, e indaga: - o bairro é ou não uma unidade de vida social? (LEFEBVRE, 1991).

Indagando sobre o critério a se seguir para conceber a divisão do espaço da cidade, se econômico, geográfico, ou por sentimento de filiação, de pertencimento a um lugar-espaço, Castells (1972, p. 155-163) propõe que os bairros podem ser vistos como histórica e socialmente produzidos a partir de elementos de uma dada prática social e, nesse sentido, podem ser observados como resultados da combinação da vida social, vida de trabalho e relações de produção e consumo, sugerindo que a cidade na sua totalidade não pode ser resumida sob um só traço cultural. Esta última visão, que se tornou predominante na abordagem dos bairros enquanto “unidades de vizinhança” (PARK, 1979; WIRTH, 1979), tem sido a mais desenvolvida nas pesquisas realizadas em diferentes cidades, especialmente no Brasil e na América Latina, indicando que um sistema de vizinhanças pode referir-se a duas dimensões: as atividades relativas à vizinhança (favores, visitas) e as relações sociais propriamente ditas (amizades entre vizinhos, participações em instituições, associações, centros comunitários) expressando uma definição cultural do papel de vizinho, que pode variar segundo critérios como intimidade e intensidade nas relações de amizade, ou dimensões e normas culturais interiorizadas pelos diferentes grupos sociais envolvidos (CASTELLS, 1972, p. 157).

Além disso, o estudo do papel das vizinhanças encontra-se fortemente associado a uma forma cultural peculiar à pobreza como sistema de apoio às diversas necessidades

individuais. Castel (1998, p. 47) define o papel da “proteção próxima”, que consiste em uma forma de sociabilidade primária, entendida como “os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir do seu pertencimento familiar, de vizinhança, do trabalho, tecendo redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (CASTEL, 1998, p. 48). Segundo o autor, nas sociedades reguladas por essa interdependência – nesse caso, como modelo histórico –, que ele entende como a integração primária, pode ser ameaçada através de processos de desfiliação, que dissolvem as interações entre os sistemas familiares e os sistemas de interdependência fundados sobre as relações comunitárias, como processo ainda anterior à desestabilização dos sistemas de relações de trabalho (CASTEL, 1998, p. 48).

Admitindo a existência de fatores que tendem a ameaçar esses processos de integração primária em um contexto marcado por contínuas crises econômicas e desemprego no México, Rocha (1999, p. 12) aponta uma erosão dos sistemas de apoio/proteção, observando que nem sempre existiam redes que funcionavam como “colchões amortecedores da pobreza”, devido a mudanças que ocorriam na função de proteção social, tradicionalmente exercidas pela família - e sua inserção na comunidade/vizinhança. As expectativas de receberem bens e serviços e de retribuí-los exigiam custos materiais, tempo, dedicação, e “disponibilidade”, trazendo dificuldades de retribuição nas situações de intensa pobreza e contribuindo para um isolamento social que configura, segundo esta autora, um custo a mais para a pobreza - a ruptura dos sistemas de apoio. Kaztman (2001, p. 10) também observa a inquietude e a insegurança de crescente parcela da população, através da sua ligação precária e instável com o mercado de trabalho em países latino-americanos, trazendo isolamento progressivo entre os trabalhadores e as correntes predominantes na sociedade, o que o leva a distinguir a dimensão de um capital social considerado individualizado, que remete ao lugar de trabalho, como um meio privilegiado de construção de redes de amizade e de acesso a informações e serviços, em comparação com o capital social coletivo entre trabalhadores de distintas qualificações e categorias.

Os autores citados sugerem direções a serem consideradas na análise da relação família-comunidade, prevalecendo o plano interfamiliar, no qual se encontram as relações de confiança, que são atribuídas a vizinhos e amigos, envolvendo distintos graus de reciprocidade e interação entre as unidades residenciais, nas situações em que compartilham funções domésticas. Segundo Oliveira e Salles (1989, p. 16), no caso dos setores populares

urbanos, o conceito de unidade doméstica permite romper com a separação taxativa entre a esfera de consumo que envolve a família residencial e a atividade de produção doméstica. O uso desse conceito tornaria visíveis os mecanismos de elaboração de bens e serviços para a subsistência e o trabalho doméstico, elementos fundamentais para a reprodução da força de trabalho, cuja manutenção requer relações com outras unidades – em geral de caráter simétrico/homogêneo – além das demais instituições sociais como o mercado de trabalho, o mercado de bens e serviços, o Estado e as políticas públicas.

Este argumento se aplica aos contatos estabelecidos entre grupos domésticos, para situá-los como um contexto de vizinhanças a partir das famílias e domicílios revelando a possibilidade de se contar com relações extensas de parentesco, vínculos de intercâmbio e normas de reciprocidade que variam em função das modificações trazidas geralmente por fatores externos.

PROXIMIDADE OU DISTÂNCIA DA PERIFERIA

Essa questão permite introduzir alguns aspectos de um trabalho empírico realizado com moradores de bairros populares e da periferia na cidade de Salvador, Bahia, Brasil correspondentes a duas fases de pesquisa realizadas em 2002 e, posteriormente, entre 2010 e 2013, com base em uma metodologia orientada para um enfoque mais abrangente - que concebe como “periferia”, independentemente da localização geográfica, as áreas residenciais dispersas da população pobre em Salvador. Destacamos, primeiramente, a maior distância espacial como característica da vida urbana, para mostrar que moradores de alguns bairros selecionados mencionam encontrar dificuldades de convivência com a rede de parentesco, ou a família ampliada, o que confirma os argumentos citados anteriormente em relação à fragilização da rede familiar como âmbito recorrente de exercício da solidariedade. Entre as mulheres residentes em bairros como Alagados, Coutos, ou Vista Alegre, os argumentos indicam: “Os parentes estão longe”; “A família mesmo é mais difícil, torna-se mais fácil contar com um estranho”; “Ter um bom amigo vale mais do que parente”. Em muitos dos casos considerados, as moradoras residem nos bairros há cerca de dez anos, em média, o que geralmente implica afastamento da família de origem, porque reside na área rural ou em bairro mais distante (GUIMARÃES, 2002).

O Quadro 3 apresenta bairros selecionados do quadro anterior, com base nas áreas de ponderação do IBGE (Censo 2000) para indicar a existência de baixas proporções de pessoas

migrantes, com menos de 10 anos de residência em Salvador, na maior parte dos bairros populares citados, o que sugere o afastamento das redes familiares de origem. Constituem exceções os dois grupos de bairros correspondentes, respectivamente, ao Cabula e Pernambués, nos quais a presença de migrantes a partir dos anos 90 é mais elevada, o que pode ser atribuído à maior densidade demográfica dos mesmos. Em termos comparativos, como se sabe, a maior proporção de migrantes na cidade é encontrada no bairro da Pituba (8,00 %), confirmando, de certo modo, a atração seletiva de pessoas com maior poder aquisitivo para Salvador até aquele período.

Quadro 3: Migrantes – População não Natural com menos de 10 anos de Residência – Proporção

AP28-Federação, Alto das Pombas, Campo Santo e Calabar	0,33
AP30-Alto do Sobradinho e Parque São Brás	0,34
AP31-Engenho Velho da Federação	0,67
AP65-Cosme Farias e Baixa Tubo	0,44
AP72-Calabetão, Granjas Reunidas Presidente Vargas e Jardim Santo Inácio	0,47
AP19-Nordeste de Amaralina	0,23
AP45-Alto Santa Terezinha e Ilha Amarela	0,37
AP48-Fazenda Coutos	0,50
AP49-Nova Constituinte e Parque Setúbal	0,29
AP50-Coutos e Vista Alegre	0,92
AP61-Cabula, Cabula VI, Saboeiro, Doron Condomínio Amazonas	4,21
AP62-Pernambués, Jardim Brasília e Saramandaia	2,86

Fonte: SIM - Sistema de Informações Municipais – Prefeitura de Salvador. Censo 2000.

A partir dos exemplos empíricos, é possível perceber os fatores que favorecem ou dificultam a participação em redes de reciprocidade, contribuindo, neste último caso, para a sua fragilidade como capital social ¹, e sugerindo mudanças que também vêm sendo

¹ O conceito original de capital social na obra de Pierre Bourdieu (1998, p. 67) é definido como: “A rede de ligação, é o produto de estratégias de investimento social, consciente ou inconscientemente orientadas em direção à institucionalização ou à reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, em curto ou longo termo. Ou seja, em direção à transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho, ou mesmo de parentesco, em relações às vezes necessárias e eletivas, implicando obrigações duráveis (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade), ou institucionalmente garantidas (através de direitos)”.

observadas em outros bairros de Salvador, nos quais as relações de vizinhança, à primeira vista, são apresentadas sob a forma da cordialidade e sociabilidade, convergindo com os critérios indicados inicialmente por Simmel (1979) sobre a superficialidade de contatos entre as pessoas, como característica da vida urbana: “Todo mundo se dá, me relaciono com todos”; “Aqui não tenho o que dizer dos meus vizinhos”. Mas o distanciamento se faz presente, sinalizando para as rupturas e as perdas do caráter comunitário que sempre foram considerados exemplares nos estudos sobre os bairros populares:

“Todo mundo se dá, mas não conto muito com vizinhos, não costumo conversar sobre problemas pessoais.” (Bairro de Coutos, Subúrbio Ferroviário).

“Não gosto muito de envolvimento com vizinhos, é bom a gente cá e ele lá”. “Eu aqui não vou à casa de ninguém, agora, se precisar de ajuda, eu dou, aí é diferente”. “Gosto dos vizinhos, mas eles lá e eu cá”; “Porque, eu só vivo dentro de casa, não tenho aproximação com ninguém assim da rua, tem gente aí que eu nem conheço” (Bairro do Uruguai, Subúrbio Ferroviário).

Os exemplos ilustram a tendência ao distanciamento que parece acentuar-se na sequência dos bairros pesquisados, como observamos recentemente em mais dois bairros selecionados a partir da lista do Quadro 2, identificados como AP e NM, seguindo um critério de proximidade ou distância do Centro. Em um total de 60 entrevistas, 42 pessoas nasceram em Salvador e os demais no interior da Bahia, enquanto 3 vieram de outro Estado. A convivência na vizinhança é considerada média, porque é baseada na educação (10,0%) - “cada um no seu canto”, confirmando as observações anteriores sobre uma tendência à superficialidade e formalidade dos contatos, enquanto muitos responderam que “a relação é conflituosa”, citando motivos como a intriga, a fofoca, a inveja (20,0%) ainda que muitos considerem que a relação com a vizinhança é ótima e harmoniosa (50,0%). A frequência em contar com a ajuda, ou ajudar os vizinhos, indagada a partir de situações objetivas como: falta de alimento em casa; falta de dinheiro; doença ou acidente; falta de medicamentos; situações de assaltos, roubos, tiroteios; empréstimos de objetos domésticos – tem respostas negativas, ressaltando-se um fato já bastante repetido, como certo orgulho de não precisar contar com ajuda financeira de outros, demonstrar estabilidade econômica para não solicitar empréstimos, evitar obrigações de retribuição e de dependência pessoal, tratando-se de um argumento que confirma a observação de Rocha (1999).

As respostas positivas a essas questões ressaltaram a ocorrência de situações mais excepcionais em que a solidariedade se manifesta como:

- a) *“A relação com os vizinhos é muito boa, quando acontece algum problema no bairro os moradores se unem para protestar por melhorias”;*
- b) *“Sim, teve uma vez que meu barraco tava caindo, e fui dormir na casa do vizinho, e no dia seguinte eles ajudaram a levantar meu barraco”.*
- c) *“As casas aqui são trancadas, porque aqui é local de livre acesso, mas todo mundo confia um no outro. Aqui ninguém rouba ninguém, ando com o celular normalmente, mas quando estou na Pituba (bairro contíguo, de classe média), escondo meu celular - fui assaltada há pouco tempo”* (moradoras do bairro NM, Salvador).

A predominância de mulheres chefes de família, geralmente separadas, negras, ou pardas, possuindo o segundo grau em média, e renda mensal de, no máximo dois salários mínimos, não reforça situações de vulnerabilidade e dependência em relação aos próximos, evitando-se muito envolvimento por não se saber quem são as pessoas vizinhas. Em várias situações, aludindo-se ao fato da periferia hoje ser caracterizada também como um espaço de violência, as mulheres reencontram, na igreja (geralmente evangélica), as relações amistosas e, especificamente, de amizade, reforçando a hipótese de que pode estar havendo dissociação entre “vizinhança”, confiança e amizade, o que sugere a presença de uma sociabilidade secundária (CASTEL, 1998) apoiada na instituição religiosa.

Tanto no bairro NM (Orla) como no bairro AP (Centro) citados acima, a proximidade entre vizinhos é vivenciada através dos espaços comuns entre as casas – ou espaços públicos, ruas e praças. A relação família-vizinhança se encontra, portanto, no âmago dos processos de sociabilidade primária e secundária, exercendo prováveis impactos sobre a população juvenil, já que a socialização das crianças e adolescentes e grande parte do seu tempo livre se passam na vizinhança. – Por isso, o pouco espaçamento entre as casas, e a localização em aclives/declives é tão relevante para o seu convívio nos bairros classificados como aglomerados subnormais em Salvador: - aclives/declives acentuados (47,3%); verticalização de dois ou mais pavimentos (71,4%); e quase nenhum espaçamento entre domicílios (92,3%) (INSTITUTO..., 2010).

O argumento do “efeito-território” (ANDRADE; SILVEIRA, 2013) pode ser aplicado às situações agora focalizadas, por referir-se aos “benefícios ou prejuízos socioeconômicos que são acometidos a determinados grupos sociais em função de sua localização espacial na cidade”. Estes autores enfatizam a existência de inter-relações entre as

características dos espaços e as características desses grupos, conforme referência de Bourdieu (1999), aludindo a padrões identificados nas favelas incrustadas no centro de cidades, junto a bairros de classe média e alta, o que representaria uma espécie de segregação de microescala, resultante da tensão, pela proximidade entre grupos socialmente diferentes, uma situação convergente nos dois bairros selecionados.

Isto conduz à indagação de até que ponto os bairros originados em ocupações ou “invasões” tendem a manter essa heterogeneidade social, cujo efeito pode ser uma menor integração social, como sugeriu (BRANDÃO, 1978) em comparação com bairros pobres 'tradicionais' ou consolidados. A constante transformação das ocupações através das renovações das estruturas das residências, a exemplo da crescente verticalização nas ocupações (lajes, puxadinhos) citada acima, e da mobilidade espacial dos ocupantes, contribui para isso. A partir do argumento sobre a heterogeneidade das periferias, Bichir; Torres; Ferreira (2004, p. 55) buscam “compreender até que ponto determinados riscos sociais, especialmente aqueles que afetam indivíduos jovens, convergem ou não para territórios urbanos específicos”. Para esses autores, existe “convergência de riscos em um mesmo território, quanto à concentração do desemprego, violência urbana, baixo nível educacional e gravidez na adolescência, na medida em que ocorrem em um pequeno número de áreas contíguas, normalmente localizadas nas periferias urbanas – permitindo discutir o efeito das relações de vizinhança sobre a incidência desses riscos”.

A sobreposição de carências nessa faixa etária contribui também para uma reprodução de circuitos de pobreza. (BICHIR; TORRES; FERREIRA, 2004, p. 57), observadas a partir de quatro indicadores que expressam as condições de vida dos jovens no município de São Paulo: - percentual de adolescentes do sexo feminino de 13 a 17 anos que já tiveram filhos; - percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo; - taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos; - e taxa de homicídios de homens de 18 a 29 anos. Os resultados deste estudo indicam que certos riscos sociais realmente são mais concentrados espacialmente, incidindo de forma sobreposta em certas áreas da periferia, já que os espaços urbanos considerados pobres apresentam características diferentes entre si, no que diz respeito à intensidade das mazelas urbanas, discutindo-se a sobreposição de riscos, como desemprego e baixa escolaridade, como os critérios mais decisivos na comprovação desses fatores de risco, em comparação com maior dispersão em relação às taxas de homicídio e gravidez na adolescência.

Para Carvalho e Pereira (2008, p. 82), a complexidade da noção de segregação reforça o interesse de se considerar este fenômeno “a partir do grau espacial ou de concentração territorial das famílias pertencentes a um mesmo grupo, definidos segundo critérios socioeconômicos, étnicos, ou até religiosos, entre outros aspectos”, apontando a existência de grandes áreas relativamente homogêneas – o que conduz aos estudos sobre as favelas e periferias. Ressalta-se, também, que as transformações recentes podem não ter impacto homogêneo e convergente, mas busca-se principalmente demonstrar as tendências comuns que expliquem as mudanças da conformação urbana em Salvador, ocorridas nas últimas décadas.

Este estudo demonstra a evolução da concentração populacional segundo as grandes áreas da cidade, acompanhando uma nova dinâmica econômica e urbana que incrementou a ocupação das áreas da Orla Marítima pelas classes média e alta (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 86), causando maior diferenciação em relação à ocupação das demais áreas. A construção de categorias analíticas com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 privilegia a variável trabalho, elaborando-se uma tipologia para a classificação da população da cidade segundo as categorias, superior, média-superior, média, média popular, popular e popular-inferior, com detalhamentos das ocupações incluídas (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p.88). Essas categorias apontam a concentração dos estratos considerados superiores em áreas valorizadas da cidade, Orla Marítima e áreas próximas à Avenida Paralela, indicando, por exemplo, a permanência dos chamados enclaves, como o caso da antiga ocupação que hoje se consolidou em bairro popular, como o Nordeste de Amaralina (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 89), enquanto, nas demais áreas da cidade, confirma-se que a população está “alojada tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações no Miolo ou Subúrbio Ferroviário”.

Complementando as análises efetivadas, Bichir; Torres; Ferreira (2004, p. 59) oferecem abordagens conceituais importantes sobre a discussão do “efeito vizinhança” para a população juvenil, do ponto de vista dos dados agregados. Para estabelecer alguns parâmetros sobre a população jovem em Salvador, tomam-se aqui como base alguns dados disponíveis (Censos e fontes complementares) mostrando que a população de 0 a 19 anos apresentou redução entre os dois últimos períodos censitário, especialmente, entre 10 e 19 anos, acompanhando a tendência nacional, mas aumentou o segmento de 20 a 24 anos.

Quadro 4: Faixas Etárias Seleccionadas – Salvador – N^{os}. absolutos

	2000	2010
10-14	223.746	208.871
15-19	281.938	216.413
20-24	503.201	537.272

Fonte: SIM – Sistema de Informações Municipais – Prefeitura de Salvador. Censo 2000.

Estudos realizados sobre a população jovem em Salvador e em seus bairros populares destacam aspectos qualitativos da relação desses grupos com os bairros e o restante da cidade. Portela (2005) abordou o bairro Alto das Pombas, situado no Centro da cidade, focalizando grupos de jovens e sua participação em projetos sociais e Ongs para refletir sobre as mudanças estimuladas por esses projetos na vida cotidiana desses jovens, em comparação com outros jovens não incorporados aos projetos, verificando-se menor rejeição ao local de moradia e aumento de interesse em participar de iniciativas em busca de melhorias na vizinhança. Ribeiro (2012) abordou um grande bairro localizado no Miolo Geográfico, Tancredo Neves-Beirú, mostrando a composição da população por idade - com 21,96% de pessoas até 14 anos, e com 73,74% entre 15-64 anos, além de 4,02% com 65 anos ou mais. Esse estudo enfatizou que a população com 15 anos ou mais de idade equivale a 39.206 ha, dos quais 36.973 são alfabetizados, restando 5,70% dos moradores sem alfabetização, com vistas a mostrar a presença marcante de jovens no bairro, considerando que “eles estão por todos os lados, ocupam e se apropriam dos espaços, conformando a realidade do lugar”, o que possibilitou a análise da formação de grupos de amizade e de sociabilidade, para identificar a construção de seus códigos de comportamento e os seus circuitos ou formas cotidianas de circulação no bairro e também na cidade, nesse caso, em busca dos equipamentos de consumo como os grandes *Shopings Centers* de Salvador.

A partir da abordagem dos dois bairros situados próximos ao Centro de Salvador – NM (Orla) e AP (Centro, Federação) - localizados a partir do Quadro 2, discutem-se outros fatores relativos às mudanças nas relações de vizinhança já apresentadas, quando se considera os dados agregados sobre os níveis de renda e de educação dos moradores, observando-se que, no bairro NM, reside uma população de 24.041 pessoas, com 18,55 % dos chefes de família situados na faixa de renda mensal de ½ a 1 salário mínimo e 32, 61 % destes possuem de 11 a 14 anos de estudo (SANTOS; PINHO, 2010). A busca de outros critérios é direcionada para um conhecimento das experiências subjetivas de segregação, buscando-se estabelecer alguns pontos de reflexão comparáveis ao “efeito-território” (ANDRADE;

SILVEIRA, 2013) com base na existência de inter-relações entre as características dos espaços e as características dos grupos sociais, identificados nas favelas incrustadas no centro de cidades, junto a bairros de classe média e alta, representando uma espécie de segregação de microescala.

De um modo geral, como se pode esperar, as entrevistas apontam para certo desconforto e insatisfação dos moradores, e também dos jovens, com as condições de moradia, diante do aumento da violência, o que pode explicar a implantação de Bases Comunitárias de Segurança em ambos os bairros. Além disso, os serviços básicos de saúde e educação foram visitados e avaliados junto aos moradores, ao longo da pesquisa, apontando-se que a saúde pública é precária, e faltam médicos no Posto do SUS, bem como a educação não é considerada de qualidade. Não menos importante é o aspecto do lazer, que não existe dentro do bairro, o que leva ao deslocamento - os jovens do NM, para a Pituba e Orla, e os jovens de AP, para a Federação e Campo Grande.

A falta de acesso à cidade constitui uma experiência complexa que nem sempre é objetivada pelos jovens moradores, como no caso do bairro NM, no qual se observam contrastes internos. A existência de uma estrutura considerada razoável com ruas calçadas, acesso a alguns serviços, transporte, segurança, comércio contrasta com ruas sem calçamento, desprovidas de saneamento, energia elétrica e segurança – correspondentes aos aglomerados subnormais já analisados, e aqui não há homogeneização. Neves (2014) relata que a convivência entre os vizinhos é considerada horrível, “é cada um por si”, principalmente quando se trata dos vizinhos que atraem a presença da polícia, mostrando que não há aproximação com a maioria dos vizinhos, exceto no caso de uma mulher que afirmou contar com outra, quando lhe falta remédio, desinfetante, algum alimento, ou empréstimos de objetos domésticos. Neste caso, percebe-se uma pequena rede de solidariedade entre os vizinhos mais próximos, reunindo três ou quatro casas, mas a relação intrínseca ao bairro e extrínseca a ele, contribui para dificultar-lhes a inserção no mercado de trabalho, com vários exemplos de chances de admissão a trabalho com carteira assinada serem perdidas, quando o empregador conhece os seus locais de moradia.

Apesar disso, no bairro NM, foi possível observar alguns indicadores de integração, quando se consideram as diferenças entre nascimento e tempo de moradia nos bairros, mostrando que aqueles jovens que residem desde o seu nascimento, alguns há mais de dezesseis anos, conhecem mais os problemas de seu bairro, e desenvolvem vínculos mais

fortes com sua vizinhança, o que reforça o critério do sentimento de filiação, de pertencimento a um lugar-espço já citado (CASTELLS, 1972, p. 155). No segundo caso, no bairro de AP, esse fator é menos presente, e em outra fase da pesquisa, desenvolvida com um grupo de oito jovens – com menos de 20 anos de idade – moradores desse bairro que participaram de um projeto do Edital Vizinhança, UFBA, Pró-reitoria de Extensão, 2014-2015, encontraram-se dificuldades iniciais para o recrutamento deles, observando-se que não havia conhecimento pessoal entre eles, apesar de quase todos terem nascido no bairro e deste corresponder a um espaço bem menor do que o NM.

CONCLUSÃO

O conjunto dos argumentos apresentados busca construir um fio condutor através do qual se possa apreender alguns elementos das mudanças da dinâmica urbana e da Periferia na atualidade. Tendo em vista o intenso processo de urbanização atravessado pelas desigualdades sociais, tudo leva a pensar que a “periferia não é mais aquela”, tendo-se em vista os paradigmas preocupados com questões como a integração e a organização social dos migrantes de origem rural nas grandes cidades, que reuniam sob o tema da integração um conjunto de debates que caminhou para mostrar o seu oposto, ou seja, a segregação sob vários matizes. Os temas das desigualdades sociais direcionam-se para uma parte da população concentrada nas últimas décadas, nas periferias, o que constitui certamente a expressão de uma crise, tanto no mundo do trabalho, quanto no sistema de reciprocidade, nas relações de direitos e deveres, nas solidariedades sociais.

Uma realidade em mudança que aponta para paradigmas explicativos condizentes, como parece ser o caso do debate sobre “vizinhança” e “solidariedade” – apontando-se para processos que tendem a afetar as relações comunitárias e interfamiliares, nas quais as mediações exercidas pelas famílias e pelas relações entre domicílios ainda podem desempenhar importante papel na sua reprodução, através da interação e da ampliação do espaço familiar e da criação de redes sociais e práticas extradomésticas. O “Efeito Vizinhança” indaga até que ponto as redes de relações, tais como situadas acima, conduzem a processo de reprodução da pobreza e não de superação da pobreza oferece um caminho inovador, cabendo discutir o lugar de moradia com referências às representações preconceituosas, elaboradas por não moradores de um bairro periférico, o que passa a

constituir um elemento que contribui para definir e perpetuar a situação de subemprego e vulnerabilidade social das pessoas que se mantêm presas ao lugar (BOURDIEU, 1999).

Mas consideramos que se trata de relações que articulam os indivíduos e grupos com os espaços que lhes são exteriores: a inserção, ainda que precária, no mercado de trabalho, e o acesso, ainda que sem garantias, ao mercado de bens e serviços. Isto conduz à criação de novas estratégias sociais – e assim constituem algum equilíbrio, integração ou coesão social ante uma realidade “alterada”. Existe, por fim, a diversidade que está associada a uma relativa substituição das relações primárias pelas secundárias (CASTEL, 1998; BOURDIEU, 1996), e que se encontram também apoiadas nas relações de gênero, como se pôde observar nas redes de relações que se reconstituem a partir da religião, da frequência às igrejas como lugar de sociabilidade, bem como de outras relações “secundárias” - e menos nas relações primárias (família e vizinhança) que tendem a ser fragmentadas. Parece inevitável relacionar, a partir deste último ponto, as muitas alterações também observadas em relação ao Rio de Janeiro, conforme Zaluar (2004, p. 35), que mostra, a partir dos anos 80, algumas mudanças no cotidiano dos morros cariocas em relação às conquistas de anos anteriores das associações de moradores, já consideradas rotineiras, e que foram inviabilizadas devido à presença de pessoas distantes (representantes dos grupos de traficantes e outros), conduzindo a um esvaziamento das reuniões e fragilização das relações comunitárias.

Por fim, estes argumentos nos aproximam das considerações de Holston (2013, p. 197) em sua reflexão sobre indivíduos destituídos de direitos, de acesso a bens coletivos e de garantias cotidianas de sobrevivência. Para esse autor, o desenvolvimento das periferias urbanas e a institucionalização dos direitos sociais fundados no trabalho urbano consolidaram um padrão de segregação nas cidades brasileiras e modernizaram as cidades já diferenciadas. Seu argumento central é que:

as desigualdades e as ilegalidades que essas cidades criaram voltaram para dar o troco: - motivaram a insurgência de uma nova esfera de cidadania urbana, levando à participação de algumas parcelas em uma periferia política e negando esses direitos a outras parcelas (HOLSTON, 2013, p. 198).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana; SILVEIRA, Leonardo. Efeito território. **Civitas**. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, mai. 2013.
- BICHIR, Renata M.; TORRES, Haroldo G.; FERREIRA, Maria P. Jovens no município de São Paulo: explorando o efeito das relações de vizinhança. **R. B. de Estudos Urbanos e Regionais**. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, nov. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social, notes provisoires, actes de la recherche ou “O capital social – notas provisórias”. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Revista Planejamento**. Salvador, v. 6, n. 2, 1978.
- BRITO, Cristovão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-BA a partir de 1970. **GeoTextos**. Salvador, v. 1, n. 1, p. 51-80, 2005.
- CARVALHO, Inaíá. M. M.; PEREIRA, Gilberto C. As “Cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaíá. M. M.; PEREIRA, Gilberto C. (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 81-108.
- CASTEL, Robert. A proteção próxima. In: **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Zero à esquerda).
- CASTELLS, Manuel. Os meios sociais urbanos. In: **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1972. Cap. 2: item III.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 1, 1996.
- GUIMARÃES, Iracema B. Família e sociabilidade. **Quem faz Salvador?** Salvador: UFBA, 2002.
- GUIMARÃES, Iracema B. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 1, p. 87-102, 2011.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente, disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Ibge+aglomerados+subnormais&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:offi>. Acesso em: 01 jul. 2014.
- KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile, n. 70, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. p. 104-117.
- MARTINE, George, MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: **População e cidades: subsídios para o planejamento e**

para as políticas sociais. BAENINGER, Rosana (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

NEVES, Alexnaldo. **O Acesso à cidade e seus diferentes olhares**: relatório de pesquisa. Salvador: UFBA, 2014. Bolsa Programa Permanecer, IC.

OLIVEIRA, Orlandina; SALLES, Vania. **Grupos domésticos y reproduccion cotidiana**. México: El Colegio de México; UNAM, 1989.

PARK, Robert, E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979. p. 26-68.

PORTELA, Patricia. Entre o discurso das políticas sociais e as práticas de jovens em um bairro popular de Salvador: o caso do Alto das Pombas. Salvador, 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2005.

RIBEIRO, Tatiana Costa. **A dinâmica das relações cotidianas**: sociabilidade juvenil e seus códigos de identificação na cidade. Salvador, 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ROCHA, Mercedes Gonzáles de la. La reciprocidad amenazada: un costo a mas de la pobreza urbana. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. São Paulo, ano 5, n. 9, p. 7-32, 1999.

ROLNIK, Raquel. **Zona especial de interesse social**. São Paulo: Instituto Polis Desenvolvimento Urbano, n. 117. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1979. p. 26-68.

SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: re-qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, n. 5, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

UZZO, Karina Gaspar; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Conhecendo o direito**: proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado, MEDEIROS, L. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FVG, 2005. 204 p.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1979. p. 90-113.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Abstract

This Work aims at demonstrating the interest and actuality present time regarding to a discussion about the criteria that envelop the definition concerning the periphery as the poor population and, afterwards, at introducing some contextual elements about the residence in popular neighborhood, also denominated, generically, as peripheral ones, in order to reflect about their consequences upon social groups, specially, the young ones. Therefore, one approaches the classifications concerning the districts – quarters, according to the available criteria and, in a second moment, one considers the theoretical and social criteria, directed by an Urban Sociology pattern that supposes a tendency to a certain primary disappearance and its gradual substitution by the sociability considered as a secondary one, in order to reflect about this factor importance for the understanding concerning the youngsters situation, in the so-called peripheral districts quarters.

Key words: Cities. Periphery. Youngsters.